



prefeitura de  
**PORTO ALEGRE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 58 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 29 de novembro de 2021.

**Recurso nº: 004336-21-76**

**Recorrente:** Sigiloso

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS

**Relator:** Procuradoria Geral do Município

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

O solicitante requer a cópia dos documentos das oficinas temáticas ministradas na Região 4 de Gestão do Planejamento (Região Leste/Nordeste), como os relatórios e dados consolidados que subsidiaram a revisão da Lei Complementar 434, de 1º de dezembro de 1999 que originou a Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010. Estendo, nessa solicitação, os mesmos documentos referentes à Região 1 de Gestão do Planejamento (Região Centro).

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

A entidade requerida forneceu parcialmente as informações, indicando sítio eletrônico onde constam os relatórios referentes às Primeiras Oficinas Temáticas Territoriais para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre encontram-se disponíveis no Site do Plano Diretor, especificamente na seção Publicações, em Relatórios.

Informou que não tem, ainda, os dados estruturados, mas que, futuramente, estes farão parte das consultorias a serem contratadas que tratarão da Revisão do Plano Diretor.

Após isso, uma vez estruturados, os dados poderão ser disponibilizados à toda a população, assim como as conclusões dos estudos que forem sendo desenvolvidos ao longo do tempo.

Acrescenta que tal fato não invalida as oficinas já realizadas, as quais se tratam de leitura comunitária efetuada, a partir da percepção da população em relação à cidade. Estas farão parte da documentação a ser avaliada pelas consultorias específicas que tratarão do tema. Após a retomada das atividades relativas à Revisão do Plano Diretor, todas estas questões poderão ser sanadas, em tempo oportuno. Da mesma forma, a realização do devido processo de

participação da sociedade durante o processo.

### **1.3 Razões do recorrente**

O requerente afirma que a informação disponibilizada não atende ao recorte temporal na solicitação protocolada.

Sustenta que o processo de revisão foi feito sob a luz da Lei 10257/01, norma cogente vigente, que garante o pleno acesso ao material do processo que subsidiou a revisão da LC 434/99 e originou a LC 646/2010 e que deve, conforme lei, estar devidamente disponível como garantia da transparência e em respeito ao princípio da Legalidade.

Informou a existência da monografia “Evolução dos planos diretores de Porto Alegre: atores na fase de formulação”, redigida no ano de 2017 e disponibilizada de forma pública no repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde expõe o processo de revisão da Lei 434/99 no ano de 2010 a partir das atas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, evidenciando, pelo teor da pesquisa, a existência dos dados do recorte temporal aqui solicitados.

### **2. Análise de admissibilidade do recurso**

O recurso foi interposto tempestivamente, sendo o requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

### **3. Análise do mérito**

A informação solicitada pelo recorrente não se trata de dado pessoal sensível, eis que não se refere à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político nem dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

O art. 7º, II e art. 7º, VII, “a”, ambos da Lei de Acesso à Informação, garante o direito à informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos, bem como informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

Ainda, o art. 8º, §3º, II e III da Lei Federal 12.527/2011 prevê, dentre outros, que os dados devem ser fornecidos por meio de **sistemas externos em formatos abertos**:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

III - possibilitar o acesso automatizado por **sistemas externos em formatos abertos**, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

Por fim, as informações solicitadas não se enquadram nas hipóteses legais de restrições de acesso à informação previstas no art. 22 e seguintes da Lei 12.527/11:

Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

Desse modo, o órgão deve dar o pleno acesso ao material do processo que subsidiou a revisão da LC 434/99 e originou a LC 646/2010 e que deve, conforme lei, estar devidamente disponível como garantia da transparência e em respeito ao princípio da Legalidade.

E quanto os dados estruturados de que ainda não dispõe, deve informar isso expressamente ao solicitante, bem como explicar que, futuramente, estes farão parte das consultorias a serem contratadas que tratarão da Revisão do Plano Diretor.

O órgão deve, ainda, esclarecer que, após isso, uma vez estruturados, os dados serão disponibilizados à toda a população, assim como as conclusões dos estudos que forem sendo desenvolvidos ao longo do tempo.

#### 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso, determinando o pleno acesso ao material do processo que subsidiou a revisão da LC 434/99 e originou a LC 646/2010 e que deve, conforme lei, estar devidamente disponível como garantia da transparência e em respeito ao princípio da Legalidade.

E quanto os dados estruturados de que ainda não dispõe, deve informar isso expressamente ao solicitante, bem como explicar que, futuramente, estes farão parte das consultorias a serem

contratadas que tratarão da Revisão do Plano Diretor.

O órgão deve, ainda, esclarecer que, após isso, uma vez estruturados, os dados serão disponibilizados à toda a população, assim como as conclusões dos estudos que forem sendo desenvolvidos ao longo do tempo.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito - **GP**



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 00:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiéli Aurelio Irigaray, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procompa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16505788** e o código CRC **6A850B9C**.